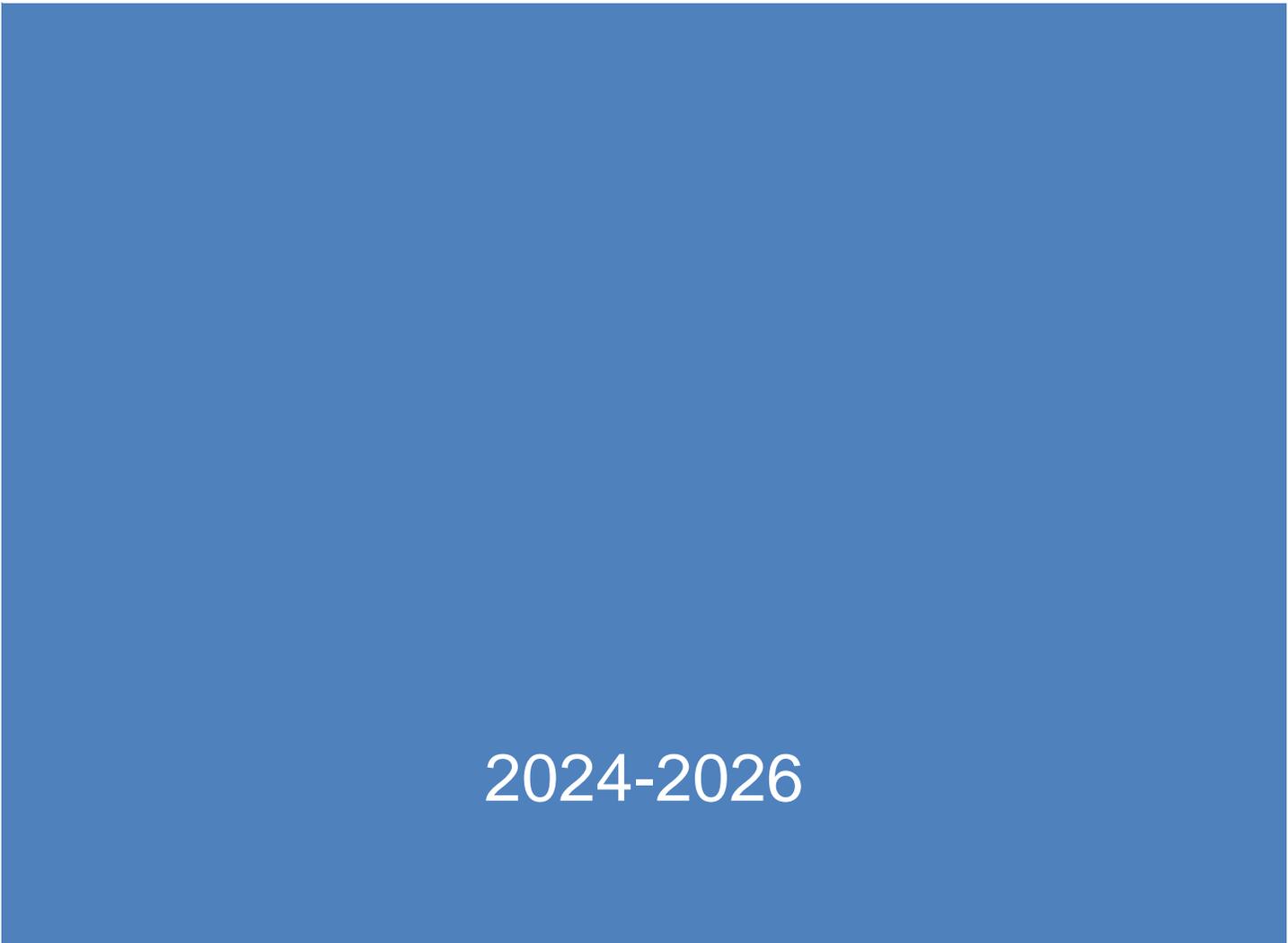




Plano de Desenvolvimento Social

Concelho de Borba



2024-2026

Documento atualizado no âmbito do Projeto Radar Social de Borba

Entidades do Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Borba

Município de Borba

Junta de Freguesia Matriz

Agrupamento de Escolas do Concelho de Borba

Centro de Saúde de Borba

Serviço Local de Borba da Segurança Social

Santa Casa da Misericórdia de Borba

Centro de Emprego de Estremoz

Entidades do CLAS de Borba

Município de Borba

Centro Distrital da Segurança Social

Santa Casa da Misericórdia de Borba

Instituto de Emprego e Formação Profissional

Agrupamento de Escolas do Município de Borba

Junta de Freguesia Matriz

Junta de Freguesia de Orada

Junta de Freguesia de São Bartolomeu

Junta de Freguesia de Rio de Moinhos

GNR - Posto Territorial de Borba

Unidade de Cuidados na Comunidade de Borba

Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)

Associação de Desenvolvimento Montes Claros

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Borba

Cáritas Arquidiocesana de Évora

CERCI Estremoz

Associação de Solidariedade Social da Orada (ASSO)

Centro Luís da Silva - União das Misericórdias Portuguesas

BARBUS - Associação Borba Mais

Sport Clube Borbense

Centro Cultural de Borba

Cruz Vermelha Portuguesa - Borba

Associação Borba Contigo - Cidade Compassiva

Centro de Respostas Integradas do Alentejo Central

Monte - Desenvolvimento Alentejo Central, ACE

Fundação UNITATE

Siglas

ADMC - Associação de Desenvolvimento Montes Claros

CDSS - Centro Distrital da Segurança Social

CERCI - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas

CLAS - Conselho Local de Ação Social

CLDS 5G - Contrato Local de Desenvolvimento Social 5ª Geração

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CNPDPCJ - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CRI AC - Centro de Respostas Integradas do Alentejo Central

CVP - Cruz Vermelha Portuguesa

DS - Diagnóstico Social

ECCI - Equipa de Cuidados Continuados Integrados

ELI - IP - Equipas Locais de Intervenção - Intervenção Precoce

ERPI - Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas

FFMS - Fundação Francisco Manuel dos Santos

IP - Intervenção Precoce

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

NERE - Núcleo Empresarial da Região de Évora

PAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

PDS - Plano de Desenvolvimento Social

RNCCI - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

RSI - Rendimento Social de Inserção

SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

SCMB - Santa Casa da Misericórdia de Borba

UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta

UMS - Unidade Móvel de Saúde

VCI - Violência Contra Idosos

VD - Violência Doméstica

Índice

Introdução.....	6
Metodologia	8
PARTE I	9
Diagnóstico Social	10
1. Caraterização do Município	10
2. Caraterização sociodemográfica.....	11
3. Atividade socioeconómica.....	11
4. Educação e qualificação	11
5. Emprego e desemprego	12
6. Proteção social	12
7. Saúde	12
8. Justiça e segurança	12
9. Associativismo e atividade cultural.....	13
PARTE II	15
Áreas de intervenção	16
1. Ação social	17
1.1. Identificação das prioridades de atuação.....	18
1.2. Linhas orientadoras da ação	28
2. Educação.....	31
2.1. Identificação das prioridades de atuação.....	32
2.2. Linhas orientadoras da ação	37
3. Emprego	38
3.1. Identificação das prioridades de atuação.....	39
3.2. Linhas orientadoras da ação	41
4. Saúde	42
4.1. Identificação das prioridades de atuação.....	43
4.2. Linhas orientadoras da ação	47
Processo de avaliação.....	49
Articulação, integração e informação	49

Introdução

A integração da sociedade numa economia global apresenta-se como um requisito imprescindível para o enquadramento comunitário baseado no modelo de desenvolvimento sustentável orientado por diretrizes económicas, sociais e ambientais. De salientar que em 1995 foi realizada a Cimeira Mundial do Desenvolvimento Humano em Copenhaga, na qual foram definidos os objetivos e princípios do desenvolvimento social, cujos pilares são a erradicação da pobreza, a promoção do emprego e a integração social. É precisamente com base nestes princípios que a implementação do Programa da Rede Social se baseia.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) de Borba é elaborado no âmbito da atualização dos instrumentos da Rede Social do Município. Esta atualização é financiada através do Investimento RE-C03-I01 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, do Plano de Recuperação e Resiliência e abrange vários concelhos em Portugal Continental, incluindo o Concelho de Borba.

Após a elaboração do Diagnóstico Social (DS), que permitiu a identificação das principais problemáticas do Concelho, pretende-se, através da atualização deste documento, apresentar soluções de resolução dos mesmos. Desta forma, a utilização de métodos participativos é essencial no processo de elaboração deste documento, explorados com maior detalhe no capítulo seguinte, referente à metodologia.

O Município de Borba concentra esforços no que respeita à melhoria da qualidade de vida das populações e ao seu acesso generalizado a todos os bens e serviços. As situações de privação e pobreza dos indivíduos, famílias ou grupos acarretam consequências diversas, como a exclusão social e encontram-se relacionadas com várias dimensões assinaladas no DS: demografia, economia, educação, emprego, proteção social, saúde, segurança, associativismo e atividade cultural.

Os objetivos específicos do PDS são os seguintes:

- 1) Conhecer as freguesias do município a nível demográfico, geográfico, social e cultural;
- 2) Conhecer e enumerar as instituições sociais, culturais e desportivas, educativas, de saúde e outras sediadas na área, ao nível das atividades desenvolvidas, das dificuldades sentidas e apoios necessários;
- 3) Identificar os problemas existentes em todo o Concelho;
- 4) Identificar recursos/respostas disponíveis em todo o Município;
- 5) Determinar quais as áreas prioritárias relativamente às necessidades e problemas detetados;
- 6) Conhecer a forma de participação da população nas freguesias;
- 7) Proporcionar as informações necessárias, com vista à elaboração de um conjunto de respostas sociais existentes e que deverão existir futuramente no Município de Borba.

Na construção do PDS identificam-se três etapas fundamentais: i) o diagnóstico da situação (identificação de problemas, recursos e soluções); ii) a definição de linhas orientadoras (identificação de finalidades, objetivos gerais, específicos e estratégias); iii) a operacionalização das linhas orientadoras da ação: implementação de programas e projetos.

De seguida, apresentam-se quatro eixos, nomeadamente ação social, educação, emprego e saúde, bem como as intervenções definidas para o período 2024-2026 no Concelho de Borba, tendo em consideração o grau de importância dos problemas identificados no DS. São definidos os objetivos estratégicos e específicos, com vista à obtenção dos resultados esperados e a elaboração dos respetivos Planos de Ação.

Metodologia

O PDS constitui um documento com delimitação temporal e de atuação de três anos (2024 - 2026), encontrando-se a sua operacionalização garantida pelos Planos de Ação anuais.

É utilizada uma metodologia participativa, com a participação ativa de todos os elementos do CLAS. A elaboração deste documento, além de permitir a rentabilização de recursos e a recolha de novas ideias, reforça ainda o papel desempenhado pela Rede Social do município de Borba.

Os eixos estratégicos que estruturam este plano são delineados tendo como ponto de partida a sua possível articulação com as diretrizes definidas pelo Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI) e pelo Plano Nacional para a Igualdade (PNI).

Em primeiro surge um breve enquadramento e são identificadas as prioridades de atuação, a partir da reflexão sobre o problema identificado e a respetiva dispersão geográfica, bem como os grupos mais afetados, indicadores e evidências, recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema, oportunidades e experiências concretas de intervenção face ao problema.

Em segundo são apresentados os quatro eixos (proteção social, educação, emprego e saúde). Cada eixo é apresentado segundo uma lógica de intervenção, assente nas seguintes dimensões: objetivo geral, objetivos específicos, metas, indicadores e fontes de verificação.

PARTE I

Diagnóstico Social

Uma vez que a realidade é dinâmica e mutável, os instrumentos da Rede Social, incluindo o DS, devem ser atualizados periodicamente. O diagnóstico permite a atualização do estudo sobre a caracterização do contexto local e permite, através da priorização das problemáticas sociais, identificar as principais carências e obstáculos ao desenvolvimento local.

A atualização efetuada no presente ano, centra-se nas principais áreas de desenvolvimento do Concelho de Borba, nomeadamente i) a nível sociodemográfico, da atividade socioeconómica, educação e qualificação, emprego e desemprego, proteção social, saúde, justiça e segurança, associativismo e atividade cultural; ii) assim como, a nível das respostas sociais, que inclui os serviços, equipamentos e projetos sociais.

É ainda importante salientar que o PDS é um instrumento de inegável valor estratégico, razão pela qual o seu conteúdo representa um alicerce fulcral para apoiar, quer o desenho do contexto de intervenção nas freguesias, quer a avaliação de qualquer projeto de intervenção económico, social e cultural a implementar no Município de Borba.

Desta forma, a informação presente neste documento permite identificar de forma clara as potencialidades, as fragilidades e as oportunidades de cada freguesia do concelho de Borba, disponibilizando, deste modo, uma base científica de apoio à conceção de recomendações, medidas e ações a implementar no Concelho.

1. Caraterização do Município

A cidade de Borba situa-se no extremo norte do distrito de Évora, no Alentejo Central (NUT III), próximo da fronteira com Espanha. O concelho ocupa uma área de 145,19 km² e encontra-se distribuído em quatro freguesias, Matriz (41,2 km²) e São Bartolomeu (14,3 km²), freguesias urbanas, Rio de Moinhos (52,9 km²) e Orada (50,8 km²), freguesias rurais.

2. Caraterização sociodemográfica

A nível demográfico, o Concelho de Borba caracteriza-se por ser um concelho que apresenta uma população envelhecida, marcada também por uma tendência de decréscimo populacional nas últimas décadas, resultado do aumento da esperança média de vida e de valores baixos relativos à taxa de natalidade. Realça-se que existe no Concelho de Borba um saldo migratório positivo, registado ao longo dos últimos anos.

Os fenómenos demográficos que mais influem no crescimento natural (natalidade e mortalidade) apresentam implicações ao nível das iniciativas locais, económicas e sociais. Uma população marcadamente envelhecida implica o planeamento específico em termos de respostas e equipamentos sociais, adequados às necessidades do coletivo social identificado.

3. Atividade socioeconómica

Tradicionalmente, o Concelho de Borba é caracterizado pelas atividades económicas relacionadas ao vinho, azeite e mármore. Ainda que, à data de hoje, como se constatou no DS, estas já não sejam as atividades mais representativas tanto quanto ao valor de negócio, como no número de pessoas empregadas. Não obstante, estas atividades económicas continuam a contribuir para a valorização e notoriedade do Concelho.

4. Educação e qualificação

No que respeita à educação, verifica-se que o número de residentes com níveis de escolaridade mais elevados tem vindo a aumentar gradualmente nos últimos anos. A partir das conclusões do DS, sugere-se que o combate ao absentismo e ao abandono escolar continuem a integrar a estratégia educativa do Concelho, assumindo-se, em adição o investimento em educação e qualificação, enquanto ferramenta de promoção do emprego e prevenção de situações de vulnerabilidade e exclusão social.

5. Emprego e desemprego

Relativamente ao emprego, a sazonalidade e precariedade dos vínculos laborais continuam a ser duas problemáticas identificadas no DS. No que diz respeito à taxa de desemprego, esta não apresenta valores preocupantes, sendo que no ano 2022 (INE) 3,5% da população se encontrava em situação de desemprego. No entanto, as respostas face ao desemprego devem continuar a ser uma prioridade, de que é exemplo o trabalho desenvolvido pela Associação Montes Claros.

6. Proteção social

No âmbito da proteção social, conclui-se que 4,2% da população residente é acompanhada pelo SAAS e 4% beneficia do RSI (dados de 2024). O Município tem desenvolvido ao longo dos últimos anos várias respostas, em articulação com a Rede Social e produzido vários estudos, diagnósticos, planos, programas e protocolos, com vista ao combate de situações de vulnerabilidade e exclusão social.

7. Saúde

No âmbito da saúde, o Concelho de Borba apresenta respostas adequadas às necessidades da população residente, nomeadamente a grupos específicos, crianças e mulheres em idade fértil, pessoas com deficiência e pessoas com adições.

De referir que o número de utentes é superior ao número de residentes na Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) de Borba pois também dá resposta aos residentes da freguesia de Arcos, Concelho de Estremoz.

8. Justiça e segurança

A nível da segurança, o Concelho de Borba detém uma força policial (GNR - Posto Territorial de Borba) participativa, tanto a nível da garantia de segurança da população como na promoção de atividades que reforcem a confiança e segurança das crianças e jovens. A sua área de atuação estende-se também à população idosa, com a

implementação do programa Censos Sénior, um serviço de proximidade e acompanhamento, que visa combater a situações de isolamento social.

9. Associativismo e atividade cultural

Finalmente, a nível cultural e associativo, o Município e as associações promovem diversos eventos culturais, recreativos e desportivos que dinamizam o Concelho e reforçam todas as dimensões da vida social acima identificadas, de que é exemplo a atração turística, no setor da economia.

10. Respostas sociais: serviços, equipamentos e projetos

No contexto do PDS importa referir que foi essencial identificar as respostas sociais, serviços, equipamentos e projetos do Concelho de Borba, consideradas tão importantes quanto a atualização dos dados de caracterização do Concelho, pois é dada uma visão global das respostas e soluções existentes e inexistentes face aos problemas identificados na primeira parte do DS - trabalho essencial ao cumprimento dos objetivos específicos delineados na atualização do presente documento.

11. Rede social e CLAS do Município de Borba

No dia 18 de novembro de 1997, a Resolução de Conselho de Ministros (197/97) propôs o desafio da criação de estruturas de participação e cooperação municipal com o objetivo de promover a articulação e a estruturação das ações dos parceiros sociais locais. Consequentemente foi criada a Rede Social e, neste âmbito, foi criado, a nível municipal, o CLAS.

A rede consiste num espaço de articulação e de concentração de esforços, com os objetivos de promover o combate à pobreza e exclusão social, bem como favorecer o desenvolvimento social. O trabalho desenvolvido pela Rede Social pressupõe uma metodologia de trabalho baseada na cooperação.

Através da rede é estabelecida a articulação entre a intervenção social dos diferentes agentes locais e é promovido um planeamento integrado e permanente, cujo foco é a

obtenção de um maior nível de eficácia nas respostas sociais existentes face aos problemas sociais detetados.

Os objetivos da Rede Social são os seguintes:

- 1) Orientar as respostas às necessidades individuais e coletivas;
- 2) Servir de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social, nomeadamente aquelas que são elaboradas no âmbito da operacionalização do plano pelo CLAS;
- 3) Vincular as iniciativas de todos os agentes, cujo âmbito de atuação tem repercussões no desenvolvimento social dos concelhos;
- 4) Integrar no local as medidas e políticas definidas nos vários níveis da Administração local, regional, nacional, nos vários sectores e ainda ao nível da União Europeia favorecendo a sua adequação aos contextos locais, potenciando as respetivas complementaridades e detetando as suas fragilidades;
- 5) Racionalizar e adequar os recursos e as iniciativas em curso numa dada comunidade, através da articulação dos serviços e das organizações;
- 6) Rentabilizar os saberes e o conhecimento de terreno dos técnicos e das organizações locais na identificação dos problemas e soluções e na definição de estratégias mais adequadas para a sua resolução;
- 7) Encontrar soluções inovadoras, considerando a flexibilidade das estruturas mais pequenas que possibilitam o contacto com as populações;
- 8) Conhecer as forças e os obstáculos internos da parceria e prever formas de as potenciar ou minorar, respetivamente;
- 9) Antecipar as ameaças e as oportunidades externas, prevendo formas alternativas de funcionar para tais cenários;
- 10) Articular o PDS com outros planos, tentando perspetivar as mudanças que serão produzidas noutros sectores ou a outros níveis de intervenção.

PARTE II

Áreas de intervenção

Tendo em consideração que o presente PDS é elaborado com base no DS, apresentam-se de seguida as áreas sobre as quais se considera urgente intervir, conforme os problemas sociais detetados no DS. As áreas de intervenção são as seguintes:

1. Ação social;
2. Educação;
3. Emprego;
4. Saúde.

Neste documento é definido um conjunto de ações estratégicas, com o objetivo de minimizar os constrangimentos que dificultam o desenvolvimento do Concelho. Desta forma, a segunda parte do PDS encontra-se estruturada por subcapítulos, que correspondem às quatro áreas de intervenção acima apontadas.

Em cada subcapítulo é elaborado um breve enquadramento e são identificadas as prioridades de atuação, a partir da reflexão sobre:

- i) O problema e a respetiva dispersão geográfica;
- ii) Os grupos mais afetados, indicadores e evidências, recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema, oportunidades e experiências concretas de intervenção face ao problema;

Por fim, são delineadas as linhas orientadoras da ação, através da especificação das seguintes dimensões:

- i) Finalidade da ação;
- ii) Objetivos gerais;
- iii) Estratégias;
- iv) Objetivos específicos;
- v) Indicadores;
- vi) Fontes de verificação.

1. Ação social

Relativamente à área da ação social, existem diversos públicos-alvo que podem ser considerados como prioritários, devendo apostar-se numa intervenção dinâmica na infância, na idade adulta e na terceira idade. Esta intervenção é imprescindível para a qualidade de vida da comunidade e o desenvolvimento do tecido social.

- i) Família: esta é considerada um espaço privilegiado para o desenvolvimento das crianças e transmissão dos valores, tornando-se imprescindível acompanhar e apoiar aquelas que apresentam disfuncionalidades.
- ii) Envelhecimento: o Concelho de Borba encontra-se bastante envelhecido. Os idosos são considerados uma população vulnerável por apresentarem baixas qualificações. Em virtude desta situação, por norma, necessitam de um esclarecimento de natureza sistemática e simplificada, para que o acesso à informação sobre os serviços e apoios existentes no Concelho não seja comprometido.

O facto de existir no Concelho um elevado e número de idosos residentes, deve ser encarado enquanto desafio demográfico e social, assim como, a abordagem à qualidade de vida desta população, sobre a qual se deve intervir de forma planeada, sistemática e com carácter urgente.

Outro aspeto a considerar são os cuidadores informais. É importante garantir que os cuidadores tenham acesso a ações de formação e/ou informação, capacitando-os no sentido da melhor realização de tarefas básicas de higiene pessoal e habitacional, alimentação e saúde, atividades promotoras de uma melhor qualidade de vida dos idosos.

- iii) Infância, idade adulta e terceira idade: verifica-se a necessidade de dinamizar atividades ocupacionais dirigidas toda a população residente no Concelho, abrangendo desta forma, todas as faixas etárias, através da criação de diversos ateliers intergeracionais, percursos desportivos e/ou visitas e passeios culturais para os idosos.

A partir deste enquadramento, estabelece-se como objetivo geral desta área prioritária de intervenção a *melhoria das condições de vida e o alargamento das respostas sociais de segmentos populacionais com vulnerabilidades*, cujas prioridades de atuação (1.1.) e linhas orientadoras da ação (1.2.), se encontram esquematizadas de seguida.

1.1. Identificação das prioridades de atuação

Problema 1	Insuficiência de competências básicas
Grupos mais afetados	Famílias
Indicadores e evidências	<ul style="list-style-type: none"> a) Evidências empíricas; b) Atendimentos e/ou acompanhamentos realizados.
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ul style="list-style-type: none"> 1. USF de Borba; 2. UCC de Borba; 3. Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) - Delegação de Borba; 4. Cáritas - Polo de Borba; 5. Município de Borba; 6. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Borba; 7. Centro Distrital da Segurança Social (CDSS) de Évora; 8. CDSS - Serviço Local Borba; 9. Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS); 10. Intervenção Precoce (IP); 11. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's) 12. Programa Escolhas; 13. Contrato Local de Desenvolvimento Social 5ª Geração (CLDS 5G); 14. Radar Social.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> 1. Prestações Sociais da Segurança Social;

	<ol style="list-style-type: none"> 2. Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC); 3. Plano Nacional de Saúde; 4. Portugal 2030; 5. Programa Escolhas; 6. CLDS 5G; 7. Radar Social.
Experiências concretas de intervenção face ao problema	<ol style="list-style-type: none"> a) Ações desenvolvidas em parceria; b) Sessões de informação e sensibilização (SAAS); c) Ações desenvolvidas pelos projetos ativos; d) Casa Social de Borba.

Problema 2	Dificuldade ou má gestão doméstica
Grupos mais afetados	Famílias
Indicadores e evidências	<ol style="list-style-type: none"> a) Evidências empíricas; b) Atendimentos e/ou acompanhamentos realizados.
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ol style="list-style-type: none"> 1. USF de Borba; 2. UCC de Borba; 3. CVP - Delegação de Borba; 4. Cáritas - Polo de Borba; 5. Município de Borba; 6. CPCJ de Borba; 7. Centro Distrital da Segurança Social (CDSS) de Évora; 8. CDSS - Serviço Local Borba; 15. SAAS; 16. Intervenção Precoce (IP); 17. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's) 18. Programa Escolhas;

	<p>19. Contrato Local de Desenvolvimento Social 5ª Geração (CLDS 5G);</p> <p>20. Radar Social.</p>
Oportunidades	<p>1. Prestações Sociais da Segurança Social;</p> <p>2. POAPMC;</p> <p>3. Plano Nacional de Saúde;</p> <p>4. Portugal 2030;</p> <p>5. Programa Escolhas;</p> <p>6. CLDS 5G;</p> <p>7. Radar Social.</p>
Experiências concretas de intervenção face ao problema	<p>a) Ações desenvolvidas em parceria;</p> <p>b) Sessões de informação e sensibilização (SAAS);</p> <p>c) Ações desenvolvidas pelos projetos ativos;</p> <p>d) Casa Social de Borba.</p>

Problema 3	Existência de situações de violência doméstica de violência contra idosos
Grupos mais afetados	<p>a) Famílias;</p> <p>b) Vítimas de Violência Doméstica (VD) e de Violência Contra Idosos (VCI);</p> <p>c) Agressores;</p> <p>d) Comunidade.</p>
Indicadores e evidências	<p>a) Número de crimes registados VD: 13 (ano 2023 Fonte: GNR Borba);</p> <p>b) Atendimentos e/ou acompanhamentos realizados.</p>
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<p>1. USF de Borba;</p> <p>2. UCC de Borba;</p> <p>3. CVP - Delegação de Borba;</p>

	<ol style="list-style-type: none"> 4. GNR; 5. Agrupamento de Escolas; 6. Município de Borba; 7. CDSS de Évora; 8. CDSS - Serviço Local Borba; 9. SAAS; 10. Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas; 11. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; 12. Centros de Recursos para a Inclusão; 13. CPCJ de Borba; 14. Projeto Radar Social.
<p>Oportunidades</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR); 2. Linha 24; 3. Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030; 4. Conselheira para a Igualdade (Município de Borba); 5. Protocolo Municípios Solidários com as Vítimas de VD (Município de Borba); 6. Protocolo para a Igualdade e Não Discriminação (Município de Borba); 7. Estratégia Local de Habitação; 8. Radar Social.
<p>Experiências concretas de intervenção face ao problema</p>	<ol style="list-style-type: none"> a) Ações desenvolvidas em parceria; b) Semana da Prevenção dos Maus Tratos Infantis; c) Semana da Luta contra a Pobreza e Exclusão Social; d) Atendimento Psicosociais; e) Casa Social de Borba.

Problema 4	Crianças e jovens em risco
Grupos mais afetados	Crianças e jovens
Indicadores e evidências	<p>a) Nº de sinalizações: 36 (ano 2023, fonte: dados Comissão Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos de Crianças e Jovens, CNPDCJ);</p> <p>b) Atendimentos e/ou acompanhamentos realizados.</p>
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ol style="list-style-type: none"> 1. USF de Borba; 2. UCC de Borba; 3. GNR; 4. Agrupamento de Escolas; 5. Município de Borba; 6. CDSS de Évora; 7. CDSS - Serviço Local Borba; 8. SAAS; 9. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; 10. CPCJ de Borba; 11. Radar Social.
Oportunidades	<ol style="list-style-type: none"> 1. UMAR; 2. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; 3. CPCJ de Borba; 4. Radar Social.
Experiências concretas de intervenção face ao problema	<ol style="list-style-type: none"> a) Ações desenvolvidas em parceria; b) Semana da Prevenção dos Maus Tratos Infantis; c) Atendimentos Psicossociais; d) Casa Social de Borba.

Problema 5	Isolamento, pobreza e exclusão social
Grupos mais afetados	Idosos
Indicadores e evidências	<ul style="list-style-type: none"> a) Índice de Envelhecimento Populacional: 241,8 (ano 2023, fonte: PORDATA); b) Agregados Isolados em meio Rural e Urbano; c) Dificuldade no acesso a respostas sociais por parte dos idosos.
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ul style="list-style-type: none"> 1. IPSS's; 2. USF de Borba; 3. UCC de Borba; 4. GNR; 5. CDSS de Évora; 6. CDSS - Serviço Local de Borba; 7. CVP – Delegação de Borba; 8. Rede Europeia Anti Pobreza; 9. Município de Borba; 10. Juntas de Freguesia; 11. SAAS; 12. Agrupamento de Escolas; 13. Bombeiros Voluntários de Borba; 14. Associações do Concelho; 15. Radar Social.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> 1. Plano de Emergência Social; 2. Plano Nacional de Saúde; 3. POAPMC; 4. Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030; 5. Portugal 2030; 6. Protocolo para a Igualdade e Não Discriminação (Município); 7. Estratégia Local de Habitação; 8. Radar Social.

Experiências concretas de intervenção face ao problema	<ul style="list-style-type: none"> a) Ações desenvolvidas em parceria; b) Oficina do Idoso; c) Cartão do Idoso; d) Programas de Proximidade da GNR; e) Unidade Móvel de Saúde (UMS); f) Respostas Sociais das IPSS's (Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas); g) Almoço de Natal dos Idosos; h) Universidade Sénior; i) Tempo de Cuidar (Município de Borba); j) Casa Social de Borba.
---	---

Problema 6	Deficiente resposta do parque habitacional social
Grupos mais afetados	Famílias
Indicadores e evidências	Os dados da Estratégia Local de Habitação, 2021 indicam: <ul style="list-style-type: none"> a) Pedidos de construção (163 pessoas); b) Pedidos de arrendamento, reabilitação e aquisição de habitação (19 pessoas); - reabilitação (32 pessoa); c) Pedidos de aquisição e reabilitação (51 pessoas).
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ol style="list-style-type: none"> 1. IPSS's; 2. CDSS de Évora; 3. CDSS - Serviço Local de Borba; 4. Município de Borba.
Oportunidades	<ol style="list-style-type: none"> 1. Plano de Emergência Social (PES); 2. Portugal 2030; 3. Estratégia Local de Habitação.

Experiências concretas de intervenção face ao problema	<ul style="list-style-type: none"> a) Ações desenvolvidas em parceria; b) Casa Social de Borba; c) Estratégia Local de Habitação.
---	--

Problema 7	Isolamento e exclusão social de minorias étnicas
Grupos mais afetados	Comunidade cigana
Indicadores e evidências	<ul style="list-style-type: none"> a) Evidências empíricas; b) Dados estatísticos do INE; c) Recenseamento do município; d) Atendimento Psicossociais.
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ol style="list-style-type: none"> 1. IPSS's; 2. USF de Borba; 3. UCC de Borba; 4. GNR; 5. CDSS de Évora; 6. CDSS - Serviço Local de Borba; 7. CVP – Delegação de Borba; 8. Rede Europeia Anti Pobreza; 9. Município de Borba; 10. Juntas de Freguesia; 11. SAAS; 12. Agrupamento de Escolas; 13. IEFP - Serviço de Emprego de Estremoz; 14. Associações do concelho; 15. Programa Escolhas; 16. CLDS 5G; 17. Radar Social.
Oportunidades	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP; 2. Estratégia Nacional Para a Integração das Comunidades Ciganas 2013 – 2022;

	<ol style="list-style-type: none"> 3. Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030; 4. Protocolo para a Igualdade e Não Discriminação (Município de Borba) 5. Programa Escolhas; 6. Estratégia Local de Habitação; 7. Programa Escolhas; 8. CLDS 5G; 9. Radar Social.
Experiências concretas de intervenção face ao problema	<ol style="list-style-type: none"> a) Ações desenvolvidas em parceria; b) Sessões de informação e sensibilização (SAAS); c) Ações desenvolvidas pelos programas ativos, nomeadamente Programa Escolhas, CLDS 5G e Radar Social.

Problema 8	Insuficiência e/ou ausência de Equipamentos Sociais
Grupos mais afetados	<ol style="list-style-type: none"> a) Idosos; b) Famílias; c) Pessoas com deficiência e/ou demência.
Indicadores e evidências	<ol style="list-style-type: none"> a) Listas de espera para integração em respostas sociais; b) Inexistência de equipamento.
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ol style="list-style-type: none"> 1. IPSS's; 2. CDSS de Évora; 3. CDSS - Serviço Local de Borba; 4. Município de Borba.
Oportunidades	<ol style="list-style-type: none"> 1. Portugal 2030; 2. Estratégia Local de Habitação.
Experiências concretas de intervenção face ao problema	<ol style="list-style-type: none"> a) Ações desenvolvidas em parceria b) Atendimentos Psicossociais

	c) Casa Social de Borba.
--	--------------------------

Problema 9	Precariedade e/ou insuficiência de rendimentos
Grupos mais afetados	Famílias
Indicadores e evidências	a) N.º de beneficiários do RSI: 225 (ano 2024, fonte: SAAS); b) N.º de beneficiários no subsídio de desemprego: 227 (ano 2022, fonte: INE).
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ol style="list-style-type: none"> 1. IPSS's; 2. USF de Borba; 3. UCC de Borba; 4. GNR; 5. CDSS de Évora; 6. CDSS - Serviço Local de Borba; 7. CVP - Delegação de Borba; 8. Município de Borba; 9. Juntas de Freguesia; 10. SAAS; 11. Agrupamento de Escolas; 12. IEFP - Serviço de Emprego de Estremoz 13. Associações do concelho; 14. Programa Escolhas; 15. CLDS 5G; 16. Radar Social.
Oportunidades	<ol style="list-style-type: none"> 1. Plano de Emergência Social; 2. Plano Nacional de Saúde; 3. POAPMC; 4. Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030; 5. Portugal 2030; 6. Protocolo para a Igualdade e Não Discriminação (Município de Borba); 7. Estratégia Local de Habitação.

Experiências concretas de intervenção face ao problema	<ul style="list-style-type: none">a) Ações desenvolvidas em parceria;b) Sessões de informação e sensibilização (SAAS);c) Atendimentos Psicossociais;d) Ações desenvolvidas pelos programas ativos, nomeadamente Programa Escolhas, CLDS 5G e Radar Social;e) Casa Social de Borba.
---	--

1.2. Linhas orientadoras da ação

Ação	Finalidade	Objetivo geral	Estratégias	Objetivos específicos	Indicadores	Fontes de verificação
1	Promover a coesão social, igualdade de oportunidades, igualdade de género e melhoria da qualidade de vida da população do Concelho de Borba, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;	Promover a melhoria na qualidade de vida das famílias;	Consolidar e reforçar parcerias interinstitucionais com atuação na problemática, numa ótica de proximidade;	1.1. Dotar as famílias e indivíduos de competências básicas, sociais, familiares e parentais; 1.2. Estimular e potenciar comportamentos e estilos de vida saudável; 1.3. Promover a criação de respostas na área das demências e deficiências; 1.4. Garantir o acesso em tempo útil a programas ou medidas de âmbito nacional ou local de combate à pobreza e exclusão social das famílias e indivíduos; 1.5. Fomentar a prevenção e o combate à violência doméstica, maus-tratos e violência contra idosos.	N.º de atividades/ações realizadas; N.º de indivíduos abrangidos; N.º de equipamentos criados; N.º de situações referenciadas.	Instrumentos de registo
2	Valorizar uma intervenção assente nos princípios da interculturalidade e a mediação em territórios municipais, promovendo novas relações de convivência intercultural	Promover a melhoria das condições e qualidade de vida das populações, independentemente de pertenças ou origens étnicas, nacionalidade,	Consolidar e reforçar o trabalho em rede e em colaboração, gerando otimização de recursos que assegurem a interculturalidade e o diálogo	2.1. Desenvolver atividades/ações que promovam o <i>empowerment</i> e a autonomia, pela capacitação de pessoas e instituições com vista à construção de projetos	N.º de atividades/ações realizadas; N.º de indivíduos abrangidos; N.º de famílias recenseadas.	Instrumentos de registo

Ação	Finalidade	Objetivo geral	Estratégias	Objetivos específicos	Indicadores	Fontes de verificação
	construtivas e transformadoras, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, para o desenvolvimento local e a coesão social;	convicção religiosa ou outras;	intercultural, através de uma comunicação afetiva de enriquecimento no encontro das diferenças;	de vida e convivência intercultural; 2.2. Promover ações de participação a diferentes níveis da vida local, que permitam fortalecer um sentimento de pertença dos cidadãos à comunidade de acolhimento; 2.3. Promover atividades/ações de resposta a problemas que se colocam em contextos de diversidade cultural; 2.4. Desenvolver ações de sensibilização, socialização junto da comunidade cigana no concelho.		
3	Combater a pobreza, o isolamento e a exclusão social dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania.	Promover a melhoria na qualidade de vida dos idosos e o envelhecimento ativo.	Animação de idosos; Dignificar e valorizar a representação social do idoso na sociedade; Segurança dos idosos; Aumento dos rendimentos dos agregados idosos;	3.1. Promover a qualidade de vida dos idosos ao nível da ocupação, animação e lazer; 3.2. Promover práticas de intergeracionalidade, desenvolvendo parcerias conjuntas entre os idosos e as restantes faixas etárias; 3.3. Promover a segurança dos idosos ao nível da prevenção; 3.4. Promover o acesso a medidas que contribuam para o aumento dos	N.º de atividades/ações realizadas; N.º de idosos abrangidos; N.º de respostas criadas/ implementadas.	Instrumentos de registo

Ação	Finalidade	Objetivo geral	Estratégias	Objetivos específicos	Indicadores	Fontes de verificação
			Melhoria/aumento das respostas sociais na área da 3.º idade.	rendimentos; 3.5. Aumentar o número de equipamentos sociais e capacidade das respostas existentes.	N.º de vagas aumentadas	

2. Educação

De forma a combater os fenómenos do insucesso e abandono escolar é importante fornecer apoio psicossocial aos alunos, através da orientação vocacional por um técnico multidisciplinar de apoio. Este apoio deve também ser alargado aos alunos a partir dos seis anos de idade, que apresentem problemas de natureza psicológica, familiar e/ou social.

Para que os alunos apresentem um melhor aproveitamento escolar, considera-se importante o fortalecimento das relações entre os encarregados de educação e a escola. Um maior interesse e participação dos encarregados de educação nas atividades desenvolvidas e nos projetos de vida dos seus educandos contribui positivamente para o sucesso e integração dos mesmos.

Outra forma de contribuir, da parte dos encarregados de educação, é participar na transmissão de valores e crenças tradicionais, nomeadamente no que respeita à educação ambiental, numa ótica de aproveitamento dos recursos e minimização dos gastos.

Adicionalmente, é necessário reforçar o apoio dos alunos provenientes de famílias com condições socioeconómicas desfavoráveis, através da continuação da atribuição de escalões, refeições gratuitas, bolsas de estudo, transporte escolar e deslocações.

Assim, o objetivo geral desta área de intervenção é *reforçar a educação e a qualificação profissional da população*. As prioridades de atuação (2.1.) e as linhas orientadoras da ação (2.2.) encontram-se esquematizadas de seguida.

2.1. Identificação das prioridades de atuação

Problema 1	Comportamentos de risco em meio escolar
Grupos mais afetados	Crianças e jovens
Indicadores e evidências	Dados estatísticos do Agrupamento Escolar: Taxa de Abandono Real dos três ciclos de ensino (2021/2022): 0.4%; Processos Disciplinares (2021/2022): 3 Taxa de Sucesso Escolar no 1º ciclo (2021/2022): 94,01%, 2º e 3º ciclo (2021/2022): 97,02%.
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ol style="list-style-type: none"> 1. IEFP; 2. GNR; 3. Agrupamento de Escolas; 4. Município de Borba; 5. Entidades Formadoras; 6. Associações do concelho; 7. IPSS's; 8. IP; 9. CPCJ de Borba; 10. Centros de Recursos para a Inclusão; 11. Associações do concelho.
Oportunidades	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programas especiais da Escola Segura; 2. Plano Nacional de Saúde; 3. Cursos tecnológicos e profissionalizantes do Centro Qualifica; 4. Grupo de Intervenção Regional no Álcool; 5. Programa Escolhas.
Experiências concretas de intervenção face ao problema	<ol style="list-style-type: none"> a) Ações desenvolvidas em parceria; b) Ensino vocacional do Agrupamento de Escolas; c) Cursos de formação ministrados no IEFP; d) Cursos de formação ministrados na Escola Secundária de Vila Viçosa; e) Cursos de formação ministrados na Escola Secundária de Estremoz;

	<p>f) Ações desenvolvidas pelos programas ativos;</p> <p>g) Ações desenvolvidas pelo Centro Qualifica.</p>
--	--

Problema 2	Insucesso escolar
Grupos mais afetados	Crianças e jovens
Indicadores e evidências	<p>Taxa de Abandono Real dos três ciclos de ensino: 0.4%;</p> <p>Processos Disciplinares (2021/2022): 3 (Ano 2021/2022, Dados estatísticos do Agrupamento Escolar).</p>
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ol style="list-style-type: none"> 1. GNR; 2. Agrupamento de Escolas; 3. Município de Borba; 4. Associações do concelho; 5. IPSS's; 6. IP; 7. CPCJ de Borba; 8. Centros de Recursos para a Inclusão; 9. Associações do Concelho.
Oportunidades	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programas especiais da Escola Segura; 2. Plano Nacional de Saúde; 3. Grupo de Intervenção Regional no Álcool; 4. Programa Escolhas.
Experiências concretas de intervenção face ao problema	<ol style="list-style-type: none"> a) Ações desenvolvidas em parceria; b) Ações desenvolvidas pelos programas ativos.

Problema 3	Desvalorização da escola pelos alunos
Grupos mais afetados	Crianças e jovens

Indicadores e evidências	Evidências empíricas
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ol style="list-style-type: none"> 1. Agrupamento de Escolas; 2. Município de Borba; 3. Entidades Formadoras; 4. Associações de Jovens; 5. IPSS's.
Oportunidades	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio de professores e tutores; 2. Programa Escolhas.
Experiências concretas de intervenção face ao problema	<ol style="list-style-type: none"> a) Ações desenvolvidas em parceria; b) Aulas de apoio ao estudo; c) Aulas de compensação/Projeto Cumprir +; d) Ações desenvolvidas pelos programas ativos; e) Programa Escolhas.

Problema 4	Necessidades de requalificação dos equipamentos escolares
Grupos mais afetados	Crianças e jovens
Indicadores e evidências	Evidências empíricas
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ol style="list-style-type: none"> 1. Agrupamento de Escolas; 2. Município de Borba; 3. Portugal 2030.
Oportunidades	Portugal 2030
Experiências concretas de intervenção face ao problema	Ações desenvolvidas em parceria

Problema 5	Capacidade insuficiente dos equipamentos sociais de apoio à infância e juventude
Grupos mais afetados	Crianças e jovens
Indicadores e evidências	Evidências empíricas
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ol style="list-style-type: none"> 1. Agrupamento de Escolas; 2. Município de Borba; 3. Entidades Formadoras; 4. Associações de Jovens; 5. IPSS's.
Oportunidades	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio de professores e tutores; 2. Programa Escolhas.
Experiências concretas de intervenção face ao problema	<ol style="list-style-type: none"> a) Ações desenvolvidas em parceria; b) Ações desenvolvidas pelos programas ativos; c) Programa Escolhas.

Problema 6	Fraco conhecimento sobre o Património da Região por parte dos alunos
Grupos mais afetados	Crianças e jovens
Indicadores e evidências	Evidências empíricas
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ol style="list-style-type: none"> 1. Agrupamento de Escolas; 2. Município de Borba; 3. Entidades Formadoras; 4. Associações de Jovens; 5. IPSS's; 6. Programa Escolhas.
Oportunidades	<ol style="list-style-type: none"> 1. Visitas de estudo;

	2. Programa de intercâmbio com escolas espanholas.
Experiências concretas de intervenção face ao problema	<ul style="list-style-type: none"> a) Ações desenvolvidas em parceria; b) Visitas de estudo.

2.2. Linhas orientadoras da ação

Ação	Finalidade	Objetivo geral	Estratégias	Objetivos específicos	Indicadores	Fontes de verificação
1	Sensibilizar os jovens para a importância do ensino;	1. Combater o insucesso e o abandono escolar;	Sensibilizar e promover a participação ativa dos jovens em meio escolar; Promover atividade do interesse dos jovens;	1.1. Promover atividades de sensibilização; 1.2. Promover atividades educativas e lúdicas.	N.º de atividades ou sessões realizadas; N.º de jovens participantes; N.º de respostas criadas.	Dados do agrupamento de escolas
2	Desenvolver competências sociais e pessoais e uma educação para o sucesso;	2. Promover a valorização da escola pelos alunos e encarregados de educação;	Sensibilizar para a importância do ensino, valorizando-o e promovendo o sucesso escolar;	2.1. Organizar Atividades sobre temas do interesse dos alunos; 2.2. Promover as competências sociais e a ocupação dos tempos Livres.		
3	Desenvolver o gosto pela cultura e pelo património local.	3. Potenciar o conhecimento do Património da Região aumentando a interação social.	Promover o património e cultura locais.	3.1. Organizar ações sobre o património da região.		

3. Emprego

Relativamente à área do emprego, conclui-se que é importante fomentar nos residentes do Concelho comportamentos empreendedores, sobretudo nos indivíduos que se encontram desempregados ou são beneficiários do RSI, de forma a promover a sua autonomização e a criação de projetos de vida.

Outro aspeto importante é realizar um trabalho junto dos empresários do Concelho, através de sessões de incentivo, divulgando regimes de financiamento e novos segmentos de negócio para que as empresas tenham mais dinamismo, vejam na internacionalização uma oportunidade de crescimento, adotem um comportamento mais inovador e sejam agentes ativos de empregabilidade no Concelho.

O trabalho em rede pode ser preponderante no apoio à realização de estágios profissionais, medidas de apoio ao emprego e programas ocupacionais - sendo uma responsabilidade partilhada do Município, Rede Social e agentes privados.

O objetivo geral desta área de intervenção é *a promoção do empreendedorismo, a prevenção e o combate do desemprego*. Quanto às prioridades de atuação (3.1.) e às linhas orientadoras da ação (3.2.), estas encontram-se esquematizadas de seguida.

3.1. Identificação das prioridades de atuação

Problema 1	Fraco espírito empreendedor
Grupos mais afetados	Jovens e adultos em idade ativa
Indicadores e evidências	Evidências empíricas
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ol style="list-style-type: none"> 1. IEFP; 2. SAAS; 3. Município de Borba; 4. GIP, Associação de Desenvolvimento Montes Claros (ADMC); 5. Entidades Formadoras; 6. Empresas e possíveis entidades empregadoras; 7. Núcleo Empresarial da Região de Évora (NERE).
Oportunidades	Benefícios fiscais à criação de emprego para jovens desempregados de longa duração
Experiências concretas de intervenção face ao problema	<ol style="list-style-type: none"> a) Ações e sessões sobre empreendedorismo; b) Ações desenvolvidas em parceria.

Problema 2	Número significativo de desempregados
Grupos mais afetados	Jovens e adultos em idade ativa
Indicadores e evidências	Nº de beneficiários com subsídio de desemprego: 227 (ano 2022, fonte: INE).
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ol style="list-style-type: none"> 1. IEFP; 2. Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social; 3. Município de Borba; 4. GIP, ADMC;

	<ol style="list-style-type: none"> 5. Entidades Formadoras; 6. Empresas e possíveis entidades empregadoras; 7. NERE.
Oportunidades	<ol style="list-style-type: none"> 1. GIP; 2. ADMC.
Experiências concretas de intervenção face ao problema	<ol style="list-style-type: none"> a) Ações e encaminhamentos do GIP; b) Ações desenvolvidas em parceria.

Problema 3	Desqualificação da população desempregada em idade ativa
Grupos mais afetados	Jovens e adultos em idade ativa
Indicadores e evidências	117 desempregados há mais de um ano (junho de 2024, IEFP, Concelhos: Estatísticas Mensais)
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ol style="list-style-type: none"> 1. IEFP; 2. SAAS; 3. Município de Borba; 4. GIP, ADMC; 5. Entidades Formadoras; 6. Empresas e possíveis entidades empregadoras; 7. NERE.
Oportunidades	<ol style="list-style-type: none"> 1. GIP, ADMC; 2. Centro Qualifica.
Experiências concretas de intervenção face ao problema	<ol style="list-style-type: none"> a) Ações e encaminhamentos do GIP; b) Ações desenvolvidas em parceria; c) Ações desenvolvidas pelo Centro Qualifica.

3.2. Linhas orientadoras da ação

Ação	Finalidade	Objetivo geral	Estratégias	Objetivos específicos	Indicadores	Fontes de verificação
1	Promover e desenvolver o espírito empreendedor junto da comunidade, estimulando a criação do próprio emprego, e desenvolvendo capacidades para a procura dinâmica de emprego	1. Desenvolver o espírito empreendedor junto dos jovens desempregados	Promover e estimular os jovens para o empreendedorismo	1.1. Promover fóruns de reflexão sobre empreendedorismo e inovação social e divulgar projetos e ações de empreendedorismo	N.º de ações/atividades realizadas N.º de participantes	Instrumentos de registo criados
			Sensibilizar para medidas de apoio existentes	1.2. Promover ações que estimulem e divulguem as medidas de apoio e troca de experiências		
			Sensibilizar para a procura de alternativas à situação de desemprego	1.3. Desenvolver ações de formação tendo como finalidade dotar os jovens desempregados de técnicas de procura ativa de emprego		
2	Promover e aumentar os níveis de empregabilidade no concelho mediante o recurso a medidas de apoio	2. Promover os níveis de empregabilidade	Encaminhar e inserir os jovens e adultos ativos nas medidas disponibilizadas	2.1. Encaminhar jovens desempregados para medidas de apoio 2.2. Desenvolver atividades que promovam os níveis de empregabilidade	N.º de desempregados abrangidos N.º de atividades/ações	Instrumentos de registo criados
3	Qualificar a população desempregada, tendo em vista a sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho	3. Promover a qualificação e requalificação dos desempregados	Encaminhar os jovens e adultos desempregados para ações de formação	3.1. Promover ações de formação para os desempregados com o objetivo de os dotar de novas e melhores qualificações; 3.2. Promover ações de divulgação sobre as ações de formação	N.º de participantes	

4. Saúde

Relativamente à área da saúde, pretende-se continuar a prestar cuidados de saúde nos lugares isolados do concelho, proporcionando cuidados de proximidade às populações que residem nestas áreas geográficas.

A equipa que opera na UMS apresenta uma resposta de apoio no luto de familiares de utentes falecidos. De referir que não se pretende dar apoio aos processos de luto patológico, mas antes fornecer uma intervenção universal que permite à equipa a elaboração de um plano de intervenção que integre o cuidador e a família. Neste plano de intervenção devem constar estratégias de educação/informação, suporte emocional e ajuda na reorganização do cuidador/família na prevenção e tratamento do processo de luto.

A UCC mantém ainda a sua ação na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), na medida em que integra uma Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI), a qual a depende diretamente da gestão e coordenação da UCC de Borba.

A carteira de serviços da UCC de Borba inclui ainda a sua intervenção no Núcleo executivo do RSI, bem como uma estreita articulação e intervenção com a ELI de Borba no Programa de Intervenção Precoce (ELI IP), que acompanha crianças com idades entre os 0 e os 6 anos. Está ainda a cargo desta unidade o desenvolvimento das intervenções planeadas ao nível do Programa Nacional da Saúde Escolar.

As pessoas com deficiência são também uma prioridade para o Município, que informa e presta apoio a pessoas com deficiência, no que diz respeito aos seus direitos, benefícios e recursos existentes na área da reabilitação, autonomia e na resolução dos problemas.

Melhorar as condições de saúde e promover estilos de vida saudáveis é o objetivo global desta área de intervenção. As prioridades de atuação (4.1.) e as linhas orientadoras da ação (4.2.) encontram-se esquematizadas de seguida.

4.1. Identificação das prioridades de atuação

Problema 1	Dispersão geográfica
Grupos mais afetados	Famílias e/ou indivíduos isolados
Indicadores e evidências	Evidências empíricas; Nº de Inscritos: 7653 (julho de 2024, fonte: Portal do SNS).
Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ol style="list-style-type: none"> 1. USF de Borba; 2. UCC de Borba; 3. IPSS's do Concelho; 4. SAAS; 5. CVP – Delegação de Borba; 6. Tempo de Cuidar (Município de Borba); 7. Município de Borba.
Oportunidades	<ol style="list-style-type: none"> 1. Unidade Móvel de Saúde da UCC; 2. SAD da Santa Casa da Misericórdia de Borba (SCMB); 3. Município de Borba; 4. GNR.
Experiências concretas de intervenção face ao problema	<ol style="list-style-type: none"> a) Ações desenvolvidas em parceria; b) Apoio/vigilância em montes isolados em articulação com IPSS's e GNR; c) Tempo de Cuidar (Município de Borba).

Problema 2	Comportamentos de risco
Grupos mais afetados	Famílias; Comunidade.
Indicadores e evidências	Utentes do Centro de Respostas Integradas (CRI): 24 (ano 2023, fonte: CRI)

Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema	<ol style="list-style-type: none"> 1. USF de Borba; 2. UCC de Borba; 3. IPSS's do Concelho; 4. CDSS de Évora; 5. CDSS – Serviço Local de Borba; 6. Agrupamento de Escolas; 7. Município de Borba; 8. GNR; 9. Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Hospital de Évora; 10. Centros de Recursos para a Inclusão; 11. SAAS; 12. CVP – Delegação de Borba.
Oportunidades	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa Nacional para Promoção da Alimentação Saudável; 2. Parcerias estabelecidas com o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD); 3. Grupo de Intervenção Regional no Álcool (GIRA).
Experiências concretas de intervenção face ao problema	<ol style="list-style-type: none"> a) Ações desenvolvidas em parceria; b) Ações desenvolvidas no âmbito do GIRA; c) Projetos de sensibilização na área da prevenção rodoviária realizados pela GNR, Centro de Saúde, Escolas do concelho; d) Projetos/atividades das instituições e associações de prevenção da obesidade; e) Prevenção Rodoviária Nacional.

Problema 3	Idoso frágil, pessoas com deficiência e dependentes
Grupos mais afetados	Idosos, pessoas com deficiência e dependentes

<p>Indicadores e evidências</p>	<p>Evidências empíricas;</p> <p>Dados estatísticos: Índice de envelhecimento: 241,8 (PORDATA, 2024);</p> <p>Nº total de utentes da CERCÍ Estremoz/Fundação UNITATE e Centro Luís da Silva: 115 (2024, fonte: Entidades);</p>
<p>Recursos e forças que podem ser mobilizados para a resolução do problema</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. USF de Borba; 2. UCC de Borba; 3. IPSS's do Concelho; 4. CDSS de Évora; 5. CDSS – Serviço Local de Borba; 6. Município de Borba; 7. Juntas de Freguesia; 8. Guarda Nacional Republicana; 9. SAAS; 10. CVP - Delegação de Borba; 11. Cooperativa para Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados (CERCÍ) Estremoz; 12. Centro Luís da Silva; 13. Fundação UNITATE.
<p>Oportunidades</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa Nacional do Idoso; 2. Programa de Cuidados Continuados (ECCI de Borba); 3. Programa Nacional de Cuidados Paliativos (ECCI de Borba); 4. Projeto de Ajudas Técnicas Concelho; 5. Balcão da Inclusão (Município de Borba); 6. Tempo de Cuidar (Município de Borba).
<p>Experiências concretas de intervenção face ao problema</p>	<ol style="list-style-type: none"> a) Ações desenvolvidas em parceria; b) Ações desenvolvidas no âmbito do Balcão da Inclusão;

	<ul style="list-style-type: none">c) Apoio domiciliário com cobertura diária (UCC de Borba);d) Integração de indivíduos com deficiência múltipla no mercado de trabalho;e) Gestão e acompanhamento de dependentes na utilização de Ajudas Técnicas;f) Tempo de Cuidar (Município de Borba).
--	--

4.2. Linhas orientadoras da ação

Ação	Finalidade	Objetivo geral	Estratégias	Objetivos específicos	Indicadores	Fontes de verificação
1	Atenuar a dispersão geográfica sentida no Concelho por parte dos agregados isolados	1. Promover cuidados de proximidade em todas as freguesias do concelho;	Manter cuidados diários nos 18 aglomerados isolados do Concelho e divulgar atividades de vigilância ambulatória	1.1. Promover cuidados de proximidade que atenuem os efeitos sentidos pela dispersão geográfica de alguns agregados	% de utentes abrangidos % de contactos realizados	Instrumentos de registo criados
		2. Deteção precoce de patologias em todas as freguesias do concelho.	Promover e sensibilizar para o controlo precoce de possíveis patologias junto da população	2.1. Promover rastreios no concelho; 2.2. Promover ações de sensibilização sobre as mais variadas patologias	N.º de ações/sessões % de participantes	
2	Prevenir e minimizar a adoção de comportamentos de risco no Concelho	3. Promover a prevenção de comportamentos de risco	Sensibilizar para os perigos associados aos comportamentos de risco (diabetes, obesidade, comportamentos aditivos e DST's) através da educação para a Saúde	3.1. Realizar ações de in(formação) e projetos com vista à prevenção de comportamentos aditivos na escola		
3	Acompanhar os idosos, deficientes e dependentes do Concelho melhorando, assim, a qualidade e o acesso aos cuidados.	4. Promover um melhor acesso aos cuidados por parte dos idosos, deficientes e dependentes	Sinalizar em tempo útil indivíduos com necessidades; Sensibilizar os parceiros para esta sinalização e os seus procedimentos;	4.1 Realizar ações sobre a qualidade e o acesso aos cuidados	N.º de ações/sessões N.º de participantes % de encaminhamentos	

			Articular com os parceiros de forma eficaz.			
--	--	--	---	--	--	--

Processo de avaliação

No processo de avaliação devem constar indicadores objetivamente verificáveis, visto que se pretende analisar a implementação da intervenção, tendo em consideração as suas concretizações, os meios, os resultados e o impacto na comunidade.

Mais especificamente, deve ser realizada uma *avaliação interna* assente na reflexão das ações realizadas pelos diferentes parceiros. Esta avaliação deverá ser elaborada pelo Núcleo Executivo e CLAS.

É a partir do trabalho em rede que é facilitada a troca de ideias e de conhecimentos. Este trabalho permite aferir os resultados, a concretização dos objetivos traçados no plano e verificar o seu cumprimento, tendo em consideração a rentabilização dos recursos, quer materiais quer humanos.

Quanto à *avaliação externa* cabe ao Núcleo Executivo a elaboração de relatórios para apresentação dos resultados alcançados, através de sessões de trabalho, devidamente planeadas.

Articulação, integração e informação

O PDS deve possibilitar e exprimir uma relação entre as intervenções e ações, projetos e intervenientes. Estes são os requisitos básicos para realizar uma intervenção coerente e integrada para desenvolvimento e sustentabilidade da componente social do Município.

Uma vez identificadas e analisadas as problemáticas sociais, causas e efeitos, que implicam obrigatoriamente intervenções que conjuguem esforços e recursos, nomeadamente dos profissionais responsáveis das várias áreas sociais de intervenção, o PDS vem, desta forma, contribuir para o desenvolvimento social do território.

Na elaboração do PDS, no qual é definida uma estratégia integrada de intervenção para os próximos três anos, considera-se a possibilidade de surgirem novas problemáticas sociais e, com elas, novas oportunidades e desafios, fatores que implicam a adoção de

mecanismos de adaptação e revisão do plano no sentido da sua atualização, sempre que se considere necessária.

Por fim, apela-se à divulgação dos instrumentos de planeamento da Rede Social, o DS, PDS e Plano de Ação - reconhecendo-se a importância de informar a comunidade em geral sobre as principais características do Concelho e refletir, de forma participada, sobre os principais problemas identificados, no sentido de procurar as melhores soluções, segundo o princípio orientador - *capacitar as pessoas e o território*.

Agradecimentos

A colaboração dos colegas do Município e dos membros do CLAS do Município de Borba foi essencial para a atualização deste documento.

Contacto: radarsocial@cm-borba.pt